

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

1721

HISTÓRIA: ENSINO E O LIVRO DIDÁTICO DO 2º GRAU

MARIA ABADIA DA SILVA

Monografia apresentada como exigência parcial para aprovação na Disciplina EP-150-Sistemática do Trabalho Individual e de Grupo

Campinas, julho 1991

Agradeço aos meus alunos que juntos comigo, vivenciamos os problemas do livro didático. Aos professores, Soraia e Gil, que trabalham junto comigo, que com sua paciência me ouviram e colaboraram para aperfeiçoar este trabalho. Aos professores desta Faculdade que tornaram possível a realização desta monografia. A todos que, de uma ou de outra forma, contribuíram na realização deste trabalho.

SUMÁRIO

Página

1. Introdução
2. História: livro didática no 2º grau..... 04
 - 2.1. Para que tem servido?
 - 2.2. Como tem sido utilizado?
3. Não é uma receita, apenas uma sugestão para o professor..... 09
 - 3.1. Quem somos e o que fazemos
 - 3.2. Instrumento de manuseio dos alunos
4. Divisão dos conteúdos históricos: uma indefinição..... 18
 - 4.1. Complexidade na definição dos conteúdos
 - 4.2. Europeirização dos conteúdos
5. Política assistencialista dos governos..... 22

Notas

Bibliografia

Anexos

INTRODUÇÃO

Escrever esta monografia tornou-se necessário por duas razões: de um lado ela representa um momento de avaliação na disciplina EP-150 - Stig, do qual participamos, e de outro manifesta nossa angústia e desejo de investigar a literatura brasileira referente ao livro didático de História. Esperamos que esse esforço resulte no aprimoramento de nosso trabalho como docente na rede pública estadual, no diurno e no noturno.

Embora o assunto tenha sido escolhido pelo professor orientador da disciplina, esta escolha, veio de encontro de nossas questões, e da necessidade de melhor compreendê-las e analisá-las.

O interesse pelo tema: Livro Didático de História no 2º Grau, justifica-se pela nossa formação profissional e pela nossa experiência profissional nos últimos seis anos com alunos do 2º Grau. Experiência na qual nos deparamos com dificuldades que nos angustiam.

Concluimos o curso de História, Licenciatura Plena, em 1985 pela Universidade Estadual "Júlio de Mesquita Filho", Campus de Franca. A partir daí começamos a trabalhar com Cursos de História no 1º e 2º graus, principalmente no período noturno em Unidades Escolares de bairros distantes da cidade de Campinas.

Paralelamente, continuamos nossos estudos no IFCH - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e simultaneamente no curso de Pedagogia da Faculdade de Educação - UNICAMP - SP.

Nossas inquietações advêm da falta de recursos didáticos: compêndios, dicionários, mapas, atlas, slides, textos apropriados, globo, gravuras, fotografias, textos documentos, filmes... materiais estes que contribuiriam bastante para melhorar o trabalho do professor. As escolas não se renovaram, não se aparelharam, continuam ainda presas a uma realidade de 50 anos atrás.

Diante desta concreta realidade, maioria de escolas estaduais, o livro didático de História tem se transformado no único recurso disponível e acessível tanto para professores como para alunos, daí a necessidade de re-pensar alguns aspectos destes manuais.

Existe um descompasso grande entre aquilo que é a escola e aquilo que professores e alunos desejam ou gostariam que ela fosse. A escola não tem acompanhado a mudança de seus próprios alunos, nem tão pouco aumentado seu espaço físico para garantir a todos que a procuram o direito de estudar.

As estatísticas demonstram, que, nos últimos anos, torna-se cada vez maior o número de alunos que aspiram ao ingresso no 2º grau, de um lado porque o custo das escolas particulares tem impossibilitado sua continuidade, de outro porque a conclusão do ensino secundário vem se transformando numa condição básica para o mercado de trabalho.

Uma questão importante, porém não bem explicitada tanto para o professor como para o aluno do 2º grau é qual a identidade destas três séries e quais suas contribuições para o desenvolvimento do exercício da cidadania dos estudantes.

Acreditamos ser essencial elucidar estas questões ao nosso ver inseridas no complexo e diversificado processo educacional vivido pelo país.

Prosseguindo um pouco mais, vamos nos ater ao ensino de História ministrado no 2º grau, tarefa cada vez mais difícil quando: 1) não há materiais didáticos disponíveis e não há recursos técnicos; 2) não se sabe o que quer do ensino do 2º grau (professores e alunos); 3) ausência de uma proposta curricular optativa para o 2º grau; 4) má formação de profissionais e 5) carga horária e a política salarial.

Sendo assim, na ausência de objetivos bem definidos principalmente para professores e alunos, cada professor exerce o seu trabalho de acordo com suas convicções, sua formação profissional e seu domínio; quando não seguindo página por página dos ruins livros didáticos espalhados pelos "truste dos livros".

Então, compreender as inter-linhas da política dos livros didáticos de História, seus caminhos e descaminhos é um dos primeiros passos para fazer deste objeto uma arma de desmascaramento da ideologia dominante e através de suas lacunas e omissões, viabilizar a professores e alunos o encontro de outras alternativas críticas.

HISTÓRIA: LIVRO DIDÁTICO NO 2º GRAU

1. Para quem tem servido?

Nossas expectativas, ainda que muito limitadas, serão de contribuir no debate em torno da questão do livro didático de História destinado ao 2º grau. De uso regular, vem nos últimos anos sendo objeto de preocupação dos que pensam a educação e dos que fazem a educação.

Conhecidos por todos nós, os materiais pedagógicos, embora escassos, têm por finalidade facilitar a veiculação e condução do conteúdo de uma disciplina.

Dentro dos materiais pedagógicos, nosso objeto de análise limita-se ao livro didático de História de 2º grau que, por hora, tem sido, queiramos ou não, o mais atualizado.

Livro didático por nós é entendido como conjunto de textos, assuntos, temas, articulados para ser o fio condutor do pensamento dos alunos diferentes.

Monopolizado pelo Estado Brasileiro em parceria com as editoras, sempre "escolhido" pelo professor, imposto aos alunos, são adotados em todas as séries e em quase todas as disciplinas. É de manuseio dos alunos, dentro da sala-de-aula ou fora dela. Quem se serve deste material são os estudantes, sendo seu instrumento de leitura, consulta e estudo e uma ferramenta auxiliar do trabalho do professor.

É importante lembrar que, às vezes, dependendo das condições sócio-econômicas, o livro didático passa a ser guia e

único instrumento para o professor na tarefa de transmissão do saber sistematizado.

Se pensarmos nos professores da rede pública estadual noturna periférica, muitas vezes, o livro é tudo o que têm, apesar das dificuldades de encontrar um compêndio que esteja mais próximo de suas expectativas e acessível aos alunos.

Porém, é possível realizar um trabalho proveitoso para ambos dentro da sala-de-aula, se extrapolarmos o mero livro. O professor pode se servir do livro quando oportuno, porém o livro não pode estar a serviço ímpar do professor, nem tampouco ser um substituto do professor.

2. Como tem sido utilizado?

Conhecemos a estrutura governamental encarregada da produção editorial, circulação, comercialização e consumo. É conhecida a má qualidade dos livros, como também são conhecidas as mais precárias condições de trabalho do professor, no entanto, é oportuno destacar que, quando se trata do conteúdo de História, um livro único é insuficiente e insatisfatório. O conteúdo de ensino de História requer um mergulho nas obras e documentos disponíveis, tanto que professores e alunos procuram nutrir-se de outros recursos para ampliar e aprofundar seus estudos e suas análises.

O conteúdo do ensino de História no 2º grau em si nos obriga a cercar-nos de materiais outros, devido à carência do

livro e de livros didáticos e o senso aguçado de análise dos alunos. Mesmo que de forma incipiente eles já saibam que o conhecimento histórico é construído: todas as classes sociais fazem história, todavia muito do que perpassa nos livros didáticos é a versão da classe dominante, omitindo o real concreto dos dominados.

Na sua maioria, os livros didáticos do 2º grau mais usados são de péssima qualidade: apresentam uma História cronológica, linear, positivista e harmoniosa, lançam os alunos e não dá subsídios, de linguagem rebuscada e sem contextualização, omissão de referenciais econômicos, etnográficos e demográficos, ausência de documentos, ausência de temas importantes como: salário, mais valia, desemprego e sub-emprego, trabalho da mulher, trabalho da criança, além de outros, os excluídos do processo histórico.

Os alunos do 2º grau reclamam do livro didático: "o autor não explica as coisas" dizem. Eles buscam outros compêndios que possam esclarecê-los e auxiliá-los.

Neste sentido o processo histórico é visto como construção do professor e dos alunos. Ambos dentro da sala-de-aula constroem, elaboram, discutem, analisam os caminhos e os descaminhos da sociedade, com os materiais pedagógicos disponíveis.

A construção de seu próprio texto, isto é, que professores e alunos produzem e sistematizam seu conhecimento, é dificultada pela escassez de: textos históricos, manuais, dicionários, textos documentos, artigos críticos, que não estão ao alcance dos alunos e nem do professor.

Entendemos que, é no espaço da sala-de-aula que podemos realizar algumas modificações, considerando a comprometida qualidade do livro, porém a competência e a consciência dos profissionais tornam-se primordiais se desejamos ultrapassar as barreiras.

Na rede pública noturna periférica existe uma carência enorme de materiais. Então, as informações que os alunos recebem são aquelas transmitidas pelo professor. Às vezes, os livros que chegam até eles são bem recebidos porque quase sempre eles não têm nada, nem outros recursos: revistas, fotografias, documentos, manuais, dicionários, folhetins, mapas, atlas, etc.

É comum encontrar alunos que não gostam de História. Na verdade eles não gostam da História que a eles é transmitida e da forma como ela é ensinada, fazendo com que os repudiem e abandonem, ao invés de propiciar aos mesmos senso crítico, capacidade de análises, compreensão e interpretação.

Os livros de História excluem do processo os alunos, demonstram uma situação de conformismo e hegemonia, quando não exacerbam e enaltecem o esforço pessoal. Assim, os próprios alunos resistem, questionam e repudiam "porque eu tenho que estudar História?". Na História relatada nos livros didáticos eles não aparecem. Aí é que entra o trabalho do professor, para desmascarar a ideologia contida nesses "ruins manuais descartáveis".

Os excluídos do processo histórico, recentemente, têm começado, pelo menos nos debates universitários, a aparecer, porém ainda muito distante dos livros didáticos e dos próprios alu

nos, a menos que o professor ou os próprios alunos se interessem por eles.

Outra questão não abordada é a situação de conflito existente na sociedade capitalista. No manual didático, o conflito é inexistente e a sociedade vive em harmonia. A exploração coletiva do trabalho e a apropriação individual não aparecendo-nos a impressão de que uns, a maioria, deve sim trabalhar para que se tenha assegurado o lucro de uma minoria. Por outro lado, forjam os valores predominantes para a burguesia que estende-se também aos proletários que, por sua vez, acabam aderindo ao ciclo.

Os livros didáticos são omissos, veiculam com muita sutileza as ideologias das classes dirigentes, tanto no seu conteúdo apresentado e/ou excluído, como na sua aparência física (cores, gravuras, tamanho, encadernação, etc.), expurgam deles os povos dominados, ou quando não, ^{os}ignoram, mostrando apenas uma face da questão. Parte do alunado sabe disto e a função do professor, neste caso, é de fundamental importância, pois precisa e deve estar preparado para perceber as desigualdades sociais e o porquê delas.

Não tenhamos dúvidas de que o livro didático deve atender e corresponder aos objetivos para os quais foi criado. Não tenhamos dúvidas de que o livro didático deve priorizar os interesses educacionais em detrimento dos econômicos. Porém, apregoamos que a capacidade e formação profissional do professor é indispensável.

NÃO É UMA RECEITA, APENAS UMA SUGESTÃO PARA O PROFESSOR

1. Professores de História: Quem somos? O que fazemos?

O ensino médio: 1º ciclo e 2º ciclo, desde sua criação: Art. I, Título I, Cap. I, Decreto Lei 4.244, de 9/4/42 Reforma Capanema, posteriormente denominada de Ensino Secundário pela Lei 5692/71, foi e continua sendo objeto de controvérsias, debates e críticas. Suas finalidades pouco explicitadas do ponto de vista teórico, conduzem a uma prática diversificada e complexa, quando não, as próprias Unidades Escolares, estabelecem os seus objetivos, e/ou os objetivos de quem representam.

Pensar o ensino de 2º grau demanda outros estudos que nos permitam analisar a complexidade da questão educacional, perceber a necessidade de articulá-lo com o todo, com as partes e entre as partes. Será inócuo nos atermos somente ao Ensino do 2º grau, devemos compreendê-lo inserido no processo educacional, embora sem muita clareza de seus objetivos, funções e finalidades.

Nossa proposta nesta monografia será a de contribuir para com o debate referente ao livro didático de História destinada ao 2º grau. Faremos algumas questões e considerações, uma vez que participamos desta situação diversificada, sem recursos técnicos e objetivos claramente explicitados.

Parece-nos fundamental colocar a seguinte afirmação: a problemática do livro didático de História de 2º grau, não pode ser analisada desvinculadamente da problemática do professor

secundário de História.

Professor de História é aquele indivíduo que concluiu os quatro anos do ensino superior, recebendo da Instituição a habilitação para exercer tal profissão. Porém, vivemos diante de algumas reais constatações:

I - Assim como a escola não nos prepara para a vida, os cursos de licenciatura História, também não nos preparam para a vida e nem para o exercício profissional. A escola contribui com uma parcela apenas, no entendimento crítico dos problemas sociais.

Concluimos o curso superior e nos vemos diante das reais dificuldades de exercer a docência. Nos faltam quase tudo. Temos algumas teorias, parcialmente compreendidas, sem nenhum instrumento técnico e didático para operacionalizar nosso trabalho. Falta-nos as ferramentas de trabalho, além de não estarmos seguros de como trabalhar, e o mais grave, falta-nos domínio do conteúdo a ser ministrado e transmitido.

O professor recém-formado e até mesmo os mais experientes deparam-se com questões: Por que ensinar História? Para que serve a História? Quais os critérios de seleção para o ensino de História? Qual o objeto da História? Qual o lugar da História nas ciências do homem? Qual o objetivo da História? Quais as funções e finalidades do ensino de História no 1º e 2º graus? Quais as conseqüências e modificações que o ensino de História pode acarretar?

Estas questões e outras não têm respostas claras para a maioria dos professores de História de 1º e 2º graus, eviden-

ciando de ano para ano a má formação e má capacitação para aqueles que lidam com o ensino de História. Com isso, não apregoamos que os cursos de História Licenciatura sejam os culpados pela má formação de profissionais, porém, constatamos que atrelado a outros fatores, pioram a cada dia o nível dos profissionais.

Outro ponto importante a ser ressaltado é o total desconhecimento de leis educacionais, leis e portarias e pareceres que regem a História da Educação neste país. O próprio profissional desconhece as regras do sistema de ensino. Os professores desconhecem até mesmo as leis e portarias que tratam especificamente de sua vida profissional: seus direitos e seus deveres, aliado à inexistência do Código de Ética.

Nós, professores, tornamo-nos proletários ao longo das três últimas décadas e, em especial, no momento presente, devido, entre outros fatores, à política econômica dos governos federais e estaduais que, seguindo orientação dos banqueiros internacionais, impõem a todos os trabalhadores uma política salarial recessiva. Através desse mecanismo de empobrecimento geral, o professor se vê obrigado a uma jornada de 44 horas/aulas semanais, em condições inacreditáveis, por um salário ínfimo sem qualquer respeito pelo governo.

"O professor, de fato, cuja profissão está relegada ao último grau das carreiras liberais, tem um salário que não lhe permite comprar os livros de que necessita para desempenhá-la" (1).

II - Professores não habilitados e/ou com habilitação não concluída e/ou que fizeram os "cursos de fins de semana". Constata-se nas escolas públicas esta situação, e as perspectivas para os próximos anos é a degradação cada vez maior das disciplinas que compõe o 2º grau, pois, nestas circunstâncias, o conteúdo de qualquer disciplina fica comprometido. Todos perdem: alunos, professores e a comunidade. É bem provável que os governos dirigentes ganhem.

A falta de consciência de si próprios, junta-se à falta de domínio sobre os conteúdos, a inexistência de materiais pedagógicos e audio-visuais. Tudo isso têm proporcionado, de um lado, o apego incondicional ao livro didático e, de outro, o desinteresse e apatia geral dos alunos pela História.

"Em nossa opinião, o desenvolvimento intelectual consiste em poder compreender as coisas que antes se não compreendiam.

Um dos papéis essenciais da Educação consiste precisamente em fazer percorrer pelo estudante um caminho que, de início, no ponto de partida, não era capaz de percorrer" (2).

Será inócuo pensar em corrigir os problemas de educação à base de Leis, Portarias, Pareceres e Comissões, se o Elemento Professor não tiver formação conceitual, domínio do conteúdo teórico e não dominar técnicas metodológicas bastante para concretizar sua práxis profissional. Antes de qualquer coisa o professor precisa se predispor a sair do ponto que está e/ou

que estamos, e como os meios que temos e que são possíveis alcançar, nutrir-se de embasamento/argumento intelectuais e a partir daí ter condições de fazer um trabalho desejável em sala-de-aula.

2. Instrumento de manuseio do aluno

Percorrendo a literatura existente sobre o livro didático, nos seus mais diversos aspectos, o aluno - usuário diário - não tem sido tratado na maioria destes estudos.

Publicam-se livros didáticos, reformulados ou não, a cada ano, entretanto não priorizando em instante algum aqueles que são os pacientes deste processo. Pensam sobre o livro em todos os seus aspectos, não pensam sobre o aluno em nenhum de seus aspectos. Para os que apenas calculam e definem o livro e o aluno estão desassociados.

Os compêndios são impostos arbitrariamente aos professores e, posteriormente, aos alunos que se veem diante da necessidade de obtê-los, porém, não se veem nos próprios livros, ou seja, aspectos importantes de seu cotidiano não são citados. De forma que há uma desconexão entre o real dos estudantes e o transmitidos a eles através dos livros didáticos.

O conteúdo histórico abordado nos livros e que os alunos recebem deixam as seguintes expressões: eles não fazem parte do processo histórico, como se o homem (eles) não participasse e não existisse a possibilidade de reverter a ordem social.

É como se uma coisa fosse a sua vida, outra, o mundo (a História), desassociados.

A divisão dos conteúdos por séries, da forma como vem sendo praticada, o número de aulas por semana que os alunos recebem, concluído o 2º grau, eles não leram, não ouviram dizer, não sabem pontos importantes como: vida dos povos africanos, aspectos políticos e econômicos da URSS, civilizações orientais entre outros.

Ao nosso ver, duas considerações se fazem necessárias: primeira, está é a oportunidade que o professor tem dentro da sala-de-aula para realizar um trabalho de desmascaramento, mas é necessário que o professor esteja instrumentalizado de argumentos teóricos, textos documentados, filmes, reportagens, artigos, demonstrando que:

"... o principal personagem na História é aquele que faz o movimento: há momentos de calma e momentos de maremotos, não é fulano ou o sicrano. É todo mundo, a sociedade inteira: o escravo e o senhor, o soldado e o comandante, o operário e o patrão, o aluno e o professor, o seu nome e o famoso, eu, você, nós. Todas as classes sociais" (3).

Segunda, aproveitando as lacunas temáticas dos livros didáticos, e se o professor tiver acesso a outros textos/documentos e se tiver formação conceitual pode e deve realizar um bom trabalho, apesar das adversidades. Ou seja, constatamos uma situação bastante indefinida externamente, então, pelo menos, in-

ternamente, isto é, na sala-de-aula o professor precisa definir-se e fazer com que vivenciem a relação pedagógica: professor-aluno.

Outra questão importante é a noção espaço-temporal e as gravuras e fotografias. Em todas as séries precisam ser trabalhadas, de um lado porque na 1ª série do 2º grau a escola recebe alunos heterogêneos, vindos de várias outras localidades, de outro, porque o grau de assimilação-fixação e abstração que era reduzida vai se ampliando. A atuação e domínio do professor é crucial, uma vez que será ele o elemento coordenador da relação pedagógica, além de orientador e esclarecedor das dúvidas dos alunos.

As ilustrações: gravuras e fotografias, além de mapas e gráficos são instrumentos essenciais para compreensão da época.

Com estes materiais o professor pode trabalhar a paráfrase e a polissemia, o que tornaria o ensino de História mais próximo do cotidiano dos alunos.

Veja, que o livro didático precisa de melhorias não temos dúvidas, agora, enquanto isso não ocorre (e deve demorar muito) precisamos encontrar outras alternativas que garantam a transmissão do saber sistematizado.

O que acontece é que são colocados nos livros didáticos o rosto da Princesa Isabel, D. Pedro I, Tiradentes, Martinho Lutero, João Calvino, Francisco Pizarro, Fernão Cortéz, Vasco da Gama, ... e outros grandes vultos e heróis. Os alunos "enfeitam" os rostos destas pessoas com chifres, bigodes, óculos, roupas, pintam os olhos, sapatos, rabiscam (4).

Os rostos destes heróis não lhes dizem respeito. Estão sem sua contextualização, não acrescentam nada, e através dos enfeites os alunos demonstram seu repúdio. Nestas lacunas é possível intervir novamente, se o professor estiver munido de argumentos teóricos e metodológicos e técnicos, podem juntos - professor-alunos - enxergar e analisar a outra face da questão: por que não aparecem os rostos e as vestes dos trabalhadores rurais e urbanos, dos escravos, sans culottes, das mulheres, dos deficientes, doentes, dos analfabetos, prisioneiros, operários e camponeses?

Podem juntos professor-alunos, investigar o porquê de aqueles que produzirem riquezas e trabalho não constarem nos compêndios. É verdade que a nível superior existem preocupações em resgatar estes materiais, porém a nível dos livros didáticos continuam a manter as discriminações e as desigualdades de tratamento entre os donos do poder e dos meios de produção e os que vendem sua força de trabalho.

Acreditamos que o livro didático é apenas mais um dos instrumentos transmissores da ideologia burguesa dentro da sociedade. Os meios de comunicação social, revistas, fotonovelas, propaganda, fazem parte destes instrumentos transmissores. O cotidiano real dos alunos não encontra espaço e o conteúdo veiculado sobre eles não lhes possibilita condições para enfrentar situações onde terá que atuar.

Produzido pelo Estado em parceria com as editoras, o livro didático vem nos últimos anos, especialmente durante e após o acordo MEC-USAID, estabelecer a igualdade dentro das desigualdades; isto é, através da hegemonia, reprodução e domina-

ção, tornam-se as contradições entre Capital X Trabalho~~o~~ naturais.

O grau de importância que vem adquirido no processo ensino-aprendizagem, suas formas de utilização e finalidades:

"favorece que sejamos educados para o silêncio, para consentir na espoliação e nos submeter-mos à eterna forma agressiva, disciplinados desde as carteiras escolares" (5).

DIVISÃO DOS CONTEÚDOS HISTÓRICOS: UMA INDEFINIÇÃO

1. Complexidade na definição dos conteúdos

Grande parte da literatura brasileira que trata da questão do livro didático, segundo vários autores nos anos 80, a produção vem assumindo dimensões inesperadas.

Abordam ainda dois centros de estudos de maior peso na pesquisa sobre conteúdos do livro didático: São Paulo (UNICAMP) e Rio de Janeiro (F.G.V. e U.F.R.J.), além de outros centros como Brasília, Porto Alegre, Recife.

Segundo Freitag, a grosso modo, temos dois grupos que se dedicam à análise do conteúdo dos livros didáticos: primeiro, preocupados em analisar a fundamentação pedagógica, psicológica, lingüística e semiológica dos textos e segundo, preocupados em revelar os valores, preconceitos e concepções ideológicas.

Acreditamos também, que os enfoques podem interpenetrar-se, porém, nosso desejo será limitado nas questões ideológicas e políticas que perpassam o livro didático de História 2º Grau.

Inicialmente faríamos a seguinte indagação: Quais são os conteúdos de História destinados ao 2º grau? Quem estabelece esses conteúdos? Como esses conteúdos chegam até os professores?

Na nossa compreensão e entendimento, vivenciamos uma diversidade complexa de conteúdos destinados ao 2º grau, isto é, o professor trabalha o conteúdo que deseja ou segue à risca os

conteúdos abordados no livro didático? Não é de nosso conhecimento a existência de um mínimo básico e comum destinado a todos os alunos e espaço para que o professor faça as ampliações e modificações necessárias, considerando seus objetivos, clientela e condições de trabalho.

Acontece que, na atual política educacional, os conteúdos acabam, na maioria das vezes, sendo estabelecido^o por algum livro didático lançado no mercado. Parece-nos ser fundamental definir e assegurar um mínimo básico comum para todos os estudantes do 2º grau, do contrário^o o aluno corre o risco de terminar o secundário desconhecendo questões fundamentais do ensino de História, ou numa multiplicidade de conteúdos pouco explicitados.

Diantes destas questões múltiplas que envolvem o seu trabalho, o professor precisa estar ciente e consciente da importância de seu procedimento educacional; do contrário, em nada contribuimos para o entendimento crítico social.

2. Europeirização dos conteúdos

Apesar das dificuldades encontradas referente ao livro didático de História 2º Grau, parece-nos um campo aberto ainda à pesquisa, duas características são relevantes no ensino secundário de História.

Primeiro, europeirização dos conteúdos: é inegável a influência francesa no ensino de História, porém, a concentra-

ção européia é absoluta, de maneira que se depender de nossos programas oficiais e dos livros didáticos, Índia, China, URSS, Austrália, África continuariam eternos desconhecidos (6).

Ou seja, participamos da luta dos povos subdesenvolvidos por sua emancipação política, econômica e social, mas continuamos a ver e ensinar História pelo ponto de vista das falências capitalistas. Não é à toa que a Europa, no planisfério, situa-se bem no Centro/Norte.

Segundo, excessivo sentimento patriótico: tendência à elevação moral da consciência patriótica (7), isso é visível através do tratamento que é dado à História pelos poderes estaduais, enveredando por um patriotismo falsificado, exacerbando valores cívicos e morais com relação a atos e atitudes de determinadas pessoas do país. Essa tendência junta-se as tentativas de apagar parte da memória documental escrita do país, queimando ou escondendo documentos essenciais e decisivos, que são as nossas marcas, nossa identidade.

"História deve cada vez mais preparar o adolescente para compreender a fase em que vivemos, onde as classes inferiores ascendem na conquista de direitos democráticos, entre os quais se alinha o da educação, que deixou de ser privilégio das elites dominantes"(8).

Todos os trabalhos que consultamos e analisamos são unânimes em ressaltar que a ideologia contida serve para consolidar a hegemonia da classe dominante e com elas as relações de produção. Segundo Freitag, não basta denunciar os elementos ideo

lógicos contidos nos textos. Seria necessário inserir o livro didático no conjunto de outros ideologizadores e detectar o grau de importância que atinge o livro didático.

Do contrário, caímos na crítica pela crítica, sem pressupostos teóricos firmes e bem fundamentados, que em nada contribui para aumentar a consciência crítica. Neste caso, a tarefa do professor é muito importante, pois, partindo da realidade destorcida, juntos, professor-alunos, podem melhor compreender o real.

Enquanto o livro didático estiver tão amesquinhado pelos interesses financeiros editoriais e pelos interesses políticos e ideológicos do Estado, será antes empresa que veículo de cultura.

Uma das possíveis alternativas será que o professor, embora habilitado, se predisponha a estar constantemente em estado de renovação, entendido como valorização e aprimoramento do ensino destinado às camadas populares. Ou seja, a defesa e a prioridade de conteúdos como instrumento de participação política.

POLÍTICA ASSISTENCIALISTA DOS GOVERNOS

O livro didático foi idealizado para ser objeto veiculador de conteúdos numa linguagem que pudesse proporcionar a todos que dele utilizar, condições de entendê-lo e compreendê-lo.

No Brasil, desde que foi criado Decreto nº 1006/30-12-1938, esteve e continua nas mãos dos governos federais e estaduais, que, de um lado, têm-se tornado, nos últimos anos, monopolizador da produção editorial, circulação, comercialização e padronização, juntamente com as editoras; de outro, têm-se cada vez mais se "descompromissado e desresponsabilizado com a educação e a cultura" (9) neste país. O Estado tem feito várias vítimas - uma delas é a educação.

A política do livro didático no Brasil, principalmente durante e após os acordos MEC-USAID, assumiu a conotação de uma política assistencialista, voltada para os alunos carentes.

A questão é a seguinte: quais são os alunos que estudam na rede pública estadual e que não são carentes?

Na verdade, a aparência desses governos assistencialistas buscam a maioria da população em idade escolar, na sua essência os seus desejos são bem mais profundos e imediatos. Ora fornecendo "tickets" de leite, ora distribuindo livros, ora estendendo a merenda aos irmãos do aluno, ora concedendo abono escolar a trabalhadores que têm filhos na escola, o governo aos poucos se desresponsabiliza frente aos ^w cadentes problemas sociais e econômicos que enfrentamos. Além de que, com essas medidas esporádicas e paliativas, em nada contribui-se, de fato, pa

ra a melhoria das reais condições de vida da população.

Do ponto de vista do governo, essas medidas servem para criar uma popularidade abstrata junto aos menos favorecidos.

De forma concreta, e através dos dados estatísticos, e através de nossa experiência profissional, o governo não se sensibiliza com a gravidade dos problemas educacionais: grande é o número de alunos em idade escolar e que estão fora dela, escassez de escolas, superlotação das classes, falta de manutenção das escolas já existentes, carência de recursos físicos e audio-visuais, professores mal remunerados, corte e desvios de verbas, entre outros fatores, demonstram claramente o descaso com Educação e Cultura neste país.

Vamos nos ater à política do livro didático, que, atrelada ao governo, mostra-se ineficaz, ineficiente e insatisfatória do ponto de vista dos professores, alunos e pais.

Os livros não chegam às mãos dos alunos e, quando sim, chegam atrasados e em número insuficiente aos alunos e no máximo para duas disciplinas.

Pela nossa experiência profissional, vejamos a questão no ciclo básico: até a 4ª série/1º grau. É enorme o número de alunos nesta fase escolar, os livros, quando chegam a cada 2 ou 3 anos, não atendem a todos, criando na escola, outros problemas de distribuição.

Na fase ginasial (5ª a 8ª séries do 1º grau), os problemas são maiores e mais graves, embora existam os órgãos encarregados da distribuição e controle: FENAME e FAE, os alunos, com poucas exceções, têm acesso ao livro didático distribuído

pelo governo. Normalmente, em sua maioria, os alunos compram os livros "escolhidos" pelo professor. A não responsabilidade governamental impera. E nesta fase escolar que os governos dizem suprir os alunos com sua política assistencialista. Acredite nem nas escolas, nem nas mãos dos alunos os livros estão chegando.

Na fase colegial (2º grau), é total e absoluta a não responsabilidade dos governos federal e estadual frente à educação secundária. De ano para ano, o governo apenas mantém as classes existentes. Nada faz no sentido de ampliar as vagas. Como atender à crescente demanda escolar?

Assim, os cortes de verbas são visíveis; o descaso, gritante. Os livros didáticos no 2º grau são de inteira responsabilidade dos alunos. Estes não têm outra alternativa a não ser a compra de todo seu material, seja ele de que preço for.

Todavia, se a qualidade dos livros didáticos de História 2º grau é comprometida, estes não são de forma alguma doados pelo Estado. São, antes de mais nada, adquiridos com os recursos econômicos dos próprios alunos.

Essa é mais uma das máscaras do governo para se eximir de suas reais tarefas, na busca de alternativas para os graves e complexos problemas brasileiros.

É uma farsa enganosa atrelar o livro didático ao aluno carente. Todos, com raríssimas exceções, são de famílias que nos últimos governos acumularam várias perdas salariais, quando não eles próprios enfrentam os sucessivos planos econômicos e uma política recessiva.

Quem sabe se no lugar, o governo buscasse formas de

aumentar o poder aquisitivo dos trabalhadores e encontrar formas de diminuir as desigualdades sociais e econômicas poderíamos ter melhores resultados.

NOTAS

- (1) Silva, J.L.W. Ensino secundário, o livro didático de História, in Boletim de História, p.163.
- (2) Allard, M. A História e seu Ensino, p.80.
- (3) Ribeiro, M.V. e Alencar, F. O livro didático no 2º grau. in História: Questões e Debates, p.263.
- (4) Idem ibidem, p.276.
- (5) Luiz, F.P. Serpa. A questão do livro didático. in Em Aberto, p.12.
- (6) Silva, J.L.W. Ensino secundário, o livro didático de História, in Boletim de História, p.165.
- (7) Idem ibidem, p.165.
- (8) Idem ibidem, p.166.
- (9) Freitag, B. O livro didático em questão, p.46.

BIBLIOGRAFIA

1. Cabrini, Conceição. e. O ensino de História: revisão urgente. São Paulo, Ed. Brasiliense, 1986, 2ª ed.
2. Cury, J.C. Educação e Contradição. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1989.
3. Faria, Ana Lúcia G. Ideologia no livro didático. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1984, 2ª ed.
4. Franco, Maria Laura P.B. História do Brasil: a versão fabricada nos livros didáticos de 2º grau. São Paulo, 1981. Tese.
5. Freitag, Bárbara. O livro didático em questão. São Paulo, Cortez Autores Associados, 1989.
6. Oliveira João B.A. e. A política do livro didático. Campinas, Sumunus, 1984.
7. Silva, Marcos A., Repensando a História. Rio de Janeiro, Editora Marco Zero, 1984.

PERIÓDICOS

1. Franco, Maria L.P.B. "O livro didático de História: algumas questões" in Cadernos de Pesquisa, São Paulo (41): 22-27, maio, 1982.
2. Ribeiro, M.V. & Alencar, F. "O livro didático no segundo grau" in História: Questões & Debates. Curitiba. 4(7), dez., 1983.
3. Romão, N. & Carvalho, D.R. "Estudo sobre o livro didático de História. in Didática, Marília, (4), 1967.
4. Scheibe, Leda "O livro didático e as contradições do Real" in ANDE, ano 5, nº 10, 1986.
5. Silva, J.L.W. "Ensino Secundário - o livro didático de História" in Boletim de História, Rio de Janeiro, 3(6), jan. /jun., 1961.